

de ativos de baixo valor não reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes relacionadas e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuir. Se tal

continua ...

... continuação

indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

2.15. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros da Companhia era: Contas a receber, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Contas a pagar – aquisição de empresas os quais foram classificados como "Custo amortizado" ou ao valor justo por meio do resultado. A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 360 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais. A Companhia não reconhece a perda de quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquido de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o

Athena Healthcare Holding S.A.

valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. **Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório:** Os reembolsos esperados por outras partes necessárias para liquidar uma provisão é reconhecido somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão.

2.17. Reconhecimento da receita: Receita de contrato com clientes na atividade Hospitalar: Nas empresas hospitalares, as receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47/IFRS 15 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais. As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e futuras, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência.

2.18. Tributos: Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia é pelo lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. **Tributos diferidos ativos e passivos:** É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

2.19. Custos de transação: Custos de transação são somente aqueles incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias para distribuição primária de ações ou bônus de subscrição, na aquisição e alienação de ações próprias, na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido. Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, são apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. Quando da emissão dos títulos, os valores são confrontados com o valor da captação e/ou ressarcidos dependendo da emissão primária ou secundária. Caso a emissão de títulos não seja efetivada, os valores ativos não reembolsados são registrados como despesa tão logo as condições de não emissão seja decidida. Esses custos estão na demonstração financeira na rubrica de despesas antecipadas.

2.20. Distribuição de lucros: A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: Alterações ao IFRS 16: Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IFRS 1 (equivalentes CPC 26 (R1) e AG 26) e as Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retroativamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas. **Alterações ao IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas),

não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem substancialmente operações compromissadas, CDBs e fundos de investimento em renda fixa. As operações compromissadas, realizadas através da compra de títulos com compromisso de recompra por uma instituição financeira por um preço e prazo pré estabelecido e isentas de IOF, são utilizadas para gestão de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras em operações compromissadas e CDBs possui taxa média de remuneração de 100,8% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A rentabilidade das aplicações financeiras em fundos de investimento acompanha o valor da cota de tais fundos, conforme variação dos ativos de renda fixa que compõem cada um dos fundos, com remuneração média 108% do CDI.

4. Contas a receber – O saldo de contas a receber de clientes incluem operações comerciais com operadoras de saúde, conveniados dos planos de saúde e odontológicos e clientes particulares da Companhia, líquido da respectiva provisão para perda esperada de crédito e glosas. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada abaixo:

	2024	2023
Clientes faturados	76.209	60.051
Clientes a faturar (a)	34.289	32.593
Cartão de crédito	695	706
(-) Provisão para perda esperada de crédito e glosas	(9.712)	(8.852)
Total	101.481	84.498
(a) Valor referente receita dos procedimentos realizados e serviços prestados aos beneficiários que ainda estão em processo de faturamento e/ou pendentes de envio aos convênios associados. A composição dos valores a receber dos clientes faturados por idade de vencimento é como segue:		
A faturar	34.289	32.593
A vencer	39.773	36.279
Vencidos: Até 90 dias	18.899	10.574
Entre 91 e 180 dias	6.615	6.138
Entre 181 e 360 dias	4.508	5.275
Acima de 360 dias	7.109	2.491
Subtotal	111.193	93.350
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(9.712)	(8.852)
Total	101.481	84.498
A seguir a movimentação dos exercícios de 2024 e 2023:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		
Baixa por perda efetiva	501	
Complemento de provisão PCLD	(10.090)	
Composição do saldo de investimento		

	2023	Incorporações	Dividendos	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outras (a)	2024	Investimento
ASG	73.557	–	–	1.402	(837)	–	74.122	74.122
G&T	3.082	–	–	–	(85)	–	2.997	2.997
Humana Assistência	1.318.870	–	–	76.500	(289)	1.947	1.397.028	1.397.028
Sames	273.004	(277.775)	–	–	4.771	–	–	–
Samp	275.820	–	(37.535)	260.136	72.655	(30.938)	540.138	540.138
São Bernardo Apart.	104.021	–	–	–	8.323	39.085	151.429	151.429
Total	2.048.354	(277.775)	(37.535)	338.038	84.538	10.094	2.165.714	2.165.714
				Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outras (a)	2023	Investimento
AES	651.788	–	–	–	17.946	(669.734)	–	–
ASG	71.904	–	–	1.208	445	–	73.557	73.557
G&T	477	–	–	–	2.605	–	3.082	3.082
HCN	236.972	(239.212)	–	–	372	1.868	–	–
Humana Assistência	1.143.311	(28.799)	–	198.865	(635)	6.128	1.318.870	1.318.870
Medplan Assistência	97.020	4.208	–	(97.995)	3.554	(6.787)	–	–
Sames	–	–	(17.220)	–	9.669	280.555	273.004	273.004
Samp	–	–	(35.468)	1.665	20.195	289.428	275.820	275.820
São Bernardo Apart.	–	–	–	–	4.147	99.874	104.021	104.021
Total	2.201.472	(263.803)	(52.688)	103.743	58.298	1.332	2.048.354	2.048.354

(a) Corresponde a amortização de mais-valia e transações de capital no patrimônio da controladora;

10. Imobilizado – A movimentação em 31 de dezembro de 2024 e 2023 dos saldos da Companhia foi a seguinte:

	2023	Adição	Baixas	Depreciação	2024
Computadores e periféricos	747	804	–	(601)	950
Benefícios	5.347	2.936	(3)	(619)	7.661
Edificações	99	–	–	–	99
Instalações	41	–	–	(4)	37
Máquinas e equipamentos	11.276	468	–	(4.561)	7.183
Móveis e utensílios	842	391	–	(141)	792
	18.052	4.599	(3)	(5.925)	16.722
Direito de uso	44.875	31.784	(4.791)	(12.923)	58.945
Total	62.927	36.383	(4.794)	(18.848)	75.667
		2022	Adição	Depreciação	2023
Computadores e periféricos	476	930	(659)	747	
Benefícios	279	5.238	(170)	5.347	
Edificações	–	102	(3)	99	
Instalações	–	44	(3)	41	
Máquinas e equipamentos	–	16.512	(5.236)	11.276	
Móveis e utensílios	66	595	(119)	542	
	821	23.421	(6.190)	18.052	
Direito de uso	7.470	46.912	(9.507)	44.875	
Total	8.291	70.333	(15.697)	62.927	
11. Direito de uso e passivo de arrendamento – A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis e equipamentos e prestação de serviços utilizando as cláusulas normais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento.		2024	2023		
Movimentação no período:					
Direito de uso (registrado no ativo imobilizado)					
Saldo no início do exercício	44.875	7.470			
Novos contratos e renovação de contratos existentes	31.784	46.912			
Depreciação	(12.923)	(9.507)			
Baixa	(4.791)	–			
Saldo no final do exercício	58.945	44.875			
	2024	2023			
Arrendamentos a pagar (registrado no passivo exigível)					
Saldo no início do exercício	51.812	8.148			
Incorporações	–	43.638			
Novos contratos e renovação de contratos existentes	31.784	8.662			

Complemento de provisão Glosas		737
Saldo em 31 de dezembro de 2023		(8.852)
Baixa por perda efetiva		6.715
Complemento de provisão PCLD		(861)
Complemento de provisão Glosas		(6.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		(9.712)
Para maiores informações sobre a política de provisão de perda esperada de créditos e glosas vide Nota 2.15.		
5. Estoques	2024	2023
Medicamentos	2.607	2.055
Materiais hospitalares	3.218	2.306
Materiais de higiene e limpeza		141
Almoxarifado		226
Outros materiais	179	4
Total	6.247	4.732
6. Tributos a recuperar	2024	2023
PIS e COFINS a recuperar	302	–
Imposto de renda e contribuição social	4.340	4.364
INSS a recuperar	1.458	1.615
Outros impostos	478	–
Total	6.578	5.979
7. Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório	2024	2023
Garantia de reembolso de contingências – GMI	2.260	2.222
Garantia de reembolso de contingências – HCN	11.034	11.101
Total	13.294	13.323
7.1. Movimentação da garantia de reembolso de contingências “GRC” – ativo indenizatório: O saldo de garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório é originado pela composição acima. Os riscos legais da Companhia na combinação de negócios são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimentos entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes das datas de aquisições das controladas.		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		19.439
Movimentação de valor (Adição)		2.205
Movimentação de valor (Baixa)		(1.000)
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas		(1.297)
Recebimento de indenizações		(25)
Atualização de provisão para demandas judiciais		(5.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		13.323
Movimentação de valor (Adição)		710
Movimentação de valor (Baixa)		(349)
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas		–
Recebimento de indenizações		(364)
Atualização de provisão para demandas judiciais		(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		13.294
8. Despesas antecipadas	2024	2023
Outras despesas antecipadas	3.287	6.336
Total	3.287	6.336
Circulante	3.253	5.074
Não circulante	34	1.262
Total	3.287	6.336
Despesas com pagamento antecipado, com vigência de utilização em períodos subsequentes, as quais serão reconhecidas como despesas do período em que efetivamente forem incorridas, tais como apólices de seguros e contratos de serviços com prestação continuada.		
9. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o seguinte saldo de investimento:		

	Participação direta	2024	2023
ASG Holding S.A. "ASG"	100%	74.122	73.557
Gestão e Transformação "G&T"	20,00%	2.997	3.082
Humana Assistência Médica Ltda. "HUMANA"	99,99%	1.397.028	1.318.870
Serviços e Assistência Médica Especializada Ltda. "SAMES"	93,29%	–	273.004
SAMP – Espírito Santo Assistência Médica Ltda. "SAMP"	93,29%	540.138	275.820
São Bernardo Apart Hospital S.A. "SBAH"	90,76%	151.429	104.021
Total		2.165.714	2.048.354

Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outras (a)	2024	Investimento
1.402	(837)	—	74.122	74.122
—	(85)	—	2.997	2.997
76.500	(289)	1.947	1.397.028	1.397.028
—	4.771	—	—	—
260.136	72.655	(30.938)	540.138	540.138
—	8.323	39.085	151.429	151.429
338.038	84.538	10.094	2.165.714	2.165.714
Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outras (a)	2023	Investimento
1.208	17.946	(669.734)	—	—
—	2.605	—	73.557	73.557
—	372	1.868	3.082	3.082
198.865	(635)	6.128	1.318.870	1.318.870
(97.995)	3.554	(6.787)	—	—
—	9.669	280.555	273.004	273.004
1.665	20.195	289.428	275.820	275.820
—	4.147	99.874	104.021	104.021
103.743	58.298	1.332	2.048.354	2.048.354

no patrimônio da controlada:

continuação

Complementarmente, os usuários dessas informações contábeis podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nesta nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

12. Intangível

Taxa média anual de amortização

2023

Adição

Baixas

Amortização

2024

Marca sem vida útil definida

11%

4.095

-

-

4.095

Carteira de clientes

10%

17.183

10.377

(60)

(2.931)

14.252

Software e outros

-

26.217

(60)

(5.771)

30.763

Total

-

47.495

-

(8.702)

49.110

Ágio por rentabilidade futura

-

175.485

-

-

175.485

Total

-

222.980

(60)

(8.702)

224.595

Taxa média anual de amortização

2022

Adição

Baixas

Amortização

2023

Marca sem vida útil definida

-

4.095

-

4.095

Carteira de clientes

11%

-

20.114

-

(2.931)

17.183

Software e outros

10%

23.763

7.503

(2.368)

(2.681)

26.217

Total

-

23.763

31.712

(2.368)

(5.612)

47.495

Ágio por rentabilidade futura

-

175.485

-

-

175.485

Total

-

23.763

207.197

(2.368)

(5.612)

222.980

13. Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos foram obtidos, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro e são compostos como segue:

Custo da

Contrato/Modalidade

divida (% a.a.)

Vencimento

2024

2023

Cédula de Crédito

Bancário – 4131

CDI + 1,6%

2025

-

3.199

Total

-

3.199

Circulante

-

2.577

Não circulante

-

622

Total

-

3.199

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

Saldo final em 31 de dezembro de 2022

5.770

Juros incorridos

586

Juros pagos

(2.601)

Varição cambial

(556)

Saldo final em 31 de dezembro de 2023

3.199

Juros incorridos

168

Amortizações

(3.112)

Juros pagos

(255)

Varição cambial

-

Saldo final em 31 de dezembro de 2024

-

No dia 19 de agosto de 2024, a Companhia liquidou, de forma antecipada, o contrato de dívida referente à Cédula de Crédito Bancário – 4131, como parte de sua estratégia de reperfilamento da dívida.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

2024

2023

Salários e gratificações a pagar

4.390

7.504

INSS e FGTS a recolher

4.185

6.559

Provisão sobre férias e encargos

6.917

3.250

Provisão para gratificações

14.279

13.895

Repasse médico a pagar

1.965

2.018

Outras obrigações trabalhistas

5.336

6.850

Total

37.103

40.076

15. Obrigações tributárias

2024

2023

PIS e COFINS a recolher

574

888

ISS a recolher

4.106

3.985

Outros impostos a recolher

1.233

253

Total

5.913

5.126

16. Contas a pagar – aquisição de empresas

2024

2023

Aquisição de parcela minoritária GMI – valor depositado

21

21

Total de parcela retida (Sellers Finance) (a)

21

21

A movimentação das contas a pagar por aquisição de empresas é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022

1.798

Pagamentos efetuados

(480)

Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas

(1.297)

Saldo em 31 de dezembro de 2023

21

Pagamentos efetuados

-

Saldo em 31 de dezembro de 2024

21

(a) Valor retido para eventuais contingências, conforme acordado entre as partes.

17. Partes relacionadas

Resultado

Ativo

Passivo

Recei- Des- Contas a

Forne- Receber

cedores

tas pesas

HC Invest (a)

- 6.174

-

-

-

-

Hospital Bom Samaritano S/S Ltda. (b)

-

-

392

-

-

Hospital Santa Maria Ltda. (b)

-

-

1.095

-

-

Vitoria Apart Hospital S/A (b)

-

478

647

79

-

Humana Assistência Médica Ltda. (b)

32.278

2.793

3.550

4

-

Athena Saúde Brasil (b)

-

-

19

4.571

-

Centro Médico Maranhense (b)

-

-

122

-

-

ASG Holdings (b)

-

-

83

131

-

SAMP (b)

-

-

2.291

-

-

Hospital São Pedro (b)

-

-

142

-

-

Hospital Med Imagem (b)

-

4

619

-

-

Hospital das Clínicas Alagoi- nhas (b)

-

-

344

-

-

Humana Sul (b)

-

-

2.819

-

-

São Bernardo Apart (b)

-

-

171

-

-

Instituto de Radiologia São Luis (b)

-

-

18

-

-

Gestão e Transformação Consultoria (b)

-

96

-

-

-

Total

32.278

13.370

12.312

4.785

-

Resultado

Ativo

Passivo

Recei- Des- Contas a

Forne- Receber

cedores

tas pesas

HC Invest (a)

136

25

-

-

-

HC Cardíolo (a)

- 3.714

-

-

-

-

Oncoclinica São Marcos (a)

- 28

-

-

-

-

Prolife Serviços médicos (a)

-

-

-

-

-

Hospital Bom Samaritano S/S Ltda. (b)

-

-

882

-

-

Hospital Santa Maria Ltda. (b)

-

-

1.084

-

-

Vitoria Apart Hospital S/A (b)

-

392

1.095

99

-

Humana Assistência Médica Ltda. (b)

29.486

942

7.023

4

-

Athena Saúde Brasil (b)

-

-

-

4.494

-

Casa de Saúde (b)

-

-

820

-

-

Centro Médico Maranhense (b)

-

-

320

-

-

ASG Holdings (b)

-

-

73

131

-

SAMP (b)

-

-

2.302

-

-

Hospital São Pedro (b)

-

-

205

-

-

Hospital Med Imagem (b)

-

-

952

-

-

Hospital das Clínicas Alagoinhas (b)

-

-

275

-

-

Humana Sul (b)

-

-

1.220

-

-

Hospital Marechal Candido Rondon (b)

-

-

360

-

-

São Bernardo Apart (b)

-

-

244

-

-

SAMES (b)

-

-

195

-

-

Instituto de Radiologia São Luis (b)

-

-

50

-

-

Total

29.622

11.248

17.100

5.242

-

Os saldos de transações entre partes relacionadas que afetam o balanço patrimonial são classificados de acordo com a sua natureza entre as rubricas de Contas a receber ou Partes relacionadas no ativo e Partes relacionadas ou Fornecedores no passivo. (a) Contratos de prestação de serviços com empresas de diretores, acionistas e/ou de seus familiares e empresas relacionadas a gestora do acionista controlador (Fundo V), os quais estão relacionados a serviços médicos, consultorias, outros serviços relacionados a operação e de apoio ao back-office.e aquisição de equipamentos, insumos médicos, órteses, próteses e matérias especiais. (b) Referem-se a operações entre empresas do Grupo, são elas: Contratos de prestação de serviços ou para aquisição de insumos; contratos de rateio de despesas (contratos de cost sharing que possui critérios e objetivos específicos); ou contratos de mútuo. 18. Provisão para riscos civeis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas

2024

2023

Cíveis

6.937

6.486

Tributárias

6.200

5.897

Trabalhistas

766

720

Total

13.903

13.103

Depósitos judiciais (a)

765

763

(a) Refere-se a depósitos judiciais, apresentados no ativo, que estão correlacionados as provisões para riscos civeis, trabalhistas e tributários. 18.1. Movimentação das provisões

Saldo final em 2022

10.571

Adições por incorporações

8.571

Adições

1.956

Reversões

Adição/Baixa de GRC (Nota 8)

Saldo final em 2023

Adições

Reversões

Adição/Baixa de GRC (Nota 8)

Saldo final em 2024

As principais causas envolvendo a Companhia estão relacionadas aos seguintes assuntos: 18.2. Riscos civeis: Referem-se a provisões constituídas com base na análise das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, discussões sobre verbas trabalhistas e cálculo rescisório. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como provável de perda, provisionaram o montante de R\$ 6.937 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.486 em 31 de dezembro de 2023). O montante de causas passivas relativas principalmente a danos morais relacionadas a falhas na prestação de serviços e não cobertura de procedimentos, e que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda somam o valor de R\$ 3.476 (R\$ 3.418 em 31 de dezembro de 2023). 18.3. Riscos trabalhistas: Referem-se a provisões trabalhistas e/ou previdenciárias constituídas pelas controladas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, discussões sobre verbas trabalhistas e cálculo rescisório. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R\$ 1.217 (R\$ 1.202 em 31 de dezembro de 2023). 18.4. Riscos tributários: Referem-se às provisões constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos que envolvem causas tributárias. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R\$ 6.200 nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.897 em 31 de dezembro de 2023). 19. Patrimônio líquido – 19.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 o capital social é composto por um total de 2.274.789.408 de ações, ordinárias, nominativas e sem valor nominal que totalizam R\$ 2.274.789, sendo R\$ 2.254.289 totalmente integralizado e R\$ 20.500 a ser integralizado no prazo de até um ano, conforme aprovado em AGE no dia 01 de maio de 2024. 20. Receita líquida

2024

2023

Prestação de serviços médico-hospitalar

282.638

238.632

(a) Glosas sobre serviços médico-hospitalar

(6.714)

736

Receitas de serviços prestados

275.924

239.368

(a) Impostos sobre receita (a)

(22.544)

(19.622)

Total

253.380

219.746

(a) Os impostos são PIS no percentual de 0,65%, COFINS com percentuais que variam de 3% a 4% e ISS com percentuais que variam de 2% a 3%. 21. Custos e despesas operacionais – Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras (IAS 1), a seguir está apresentado o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

2024

2023

Salários e benefícios a empregados

(127.975)

(104.672)

Materiais e medicamentos

(87.693)

(74.565)

Honorários médicos

(25.020)

(23.279)

Utilidades

(5.105)

(3.683)

Provisões e provisão para perda esperada de crédito

(861)

(10.090)

Provisão para riscos civeis, fiscais e trabalhistas

(826)

40

Despesas com viagens e hospedagens

(3.441)

(2.669)

Aluguel e condomínio

1.257

(683)

Depreciação e amortizações

(27.550)

(21.309)

Consultorias e assistências

46.620

34.055

Manutenção

(3.853)

(3.403)

Taxas e tributos

(932)

(775)

Outras despesas

(1.770)

(2.288)

Garantia de reembolso de contingências

361

1.205

Total

(235.191)

(210.946)

Classificados como: Custo dos serviços prestados

(184.453)

(156.204)

Despesas comerciais

(1.142)

(996)

Gerais e administrativas

(51.543)

(55.798)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

1.947

2.052

Total

(235.191)

(210.946)

22. Resultado financeiro

2024

2023

Receitas financeiras:

Descontos de fornecedores

Juros ativos

Varição Cambial Positiva

Rendimentos de aplicações financeiras

Outras receitas financeiras

Total

Despesas financeiras:

Juros sobre empréstimos

Juros sobre arrendamento

Juros e variação monetária

Descontos concedidos

Multas e tarifas bancárias

Outras despesas financeiras

Total

23. Imposto de renda e contribuição social – A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontra descrita abaixo:

2024

2023

Impostos diferidos

(8.911)

11.499

Imposto de renda

(3.208)

4.577

Contribuição social

(12.198)

16.076

Impostos correntes

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no resultado

13.052

16.076

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal conforme apresentado a seguir:

2024

2023

(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

96.298

61.593

Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%

(32.741)

(20.942)

Ajustes para obtenção da alíquota efetiva

Resultado de equivalência patrimonial

Receitas não tributáveis (despesas indutíveis)

Dedução de benefícios programa alimentação trabalhador

Compensação de prejuízos fiscais e base negativa

Efeito dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal não constituídos (a)

28.743

(19.822)

9.094

14.583

-

-

-

-

40.004

42.656

Imposto de renda e contribuição social no resultado

2024

2023

(a) Valor corresponde a apuração dos prejuízos fiscais e base negativa do exercício nas Holdings, para os quais não são constituídos impostos diferidos. 23.1. Impostos diferidos: O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social tenham as seguintes realizações:

2025

2026

2027

2028

2029

2034

Total

688

1.404

3.093

2.025

7.476

20.686

20.686

Para as demais diferenças temporárias a Administração estima a realização entre 1 e 5 anos. 23.3 Impostos diferidos: O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e as demais diferenças temporárias sejam realizadas em um ou cinco anos. A movimentação dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, calculadas de acordo com a alíquota nominal de 34% está composta conforme segue:

Ativo

2023

Adições (baixas) que afetaram resultado

2024

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição

21.103

(417)

20.986

Provisão para perda esperada de crédito

3.010

293

3.302

Provisão para riscos civeis, fiscais e trabalhistas

3.096

178

3.274

Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura

(10.296)

(12.355)

(22.651)

Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios

1.432

(376)

1.056

Efeitos sobre arrendamento mercantil

2.875

694

3.569

Ajuste de taxa de amortização e depreciação fiscal

(107)

(84)

(191)

Outros

5.893

(53)

5.840

Total do ativo fiscal diferido

27.006

(12.120)

14.886

Adições (baixas) que afetaram patrimônio

2022

Adições (baixas) que afetaram patrimônio

2023

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição

21.103

-

21.103

Provisão para perda esperada de crédito

3.010

-

3.010

Provisão para riscos civeis, fiscais e trabalhistas

3.096

-

3.096

Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura

-

(10.296)

-(10.296)

Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios

1.595

(163)

-

1.432

Efeitos sobre arrendamento mercantil

306

2.569

-

2.875

31 de dezembro de 2024

Passivos financeiros não derivativos:

Fornecedores

Passivo de arrendamento

Contas a pagar – aquisição de empresas

Valor Contábil

13.641

87.306

21

117.972

21

10.493

21

10.493

22.816

22.086

-

-

52.804

31 de dezembro de 2023

Passivos financeiros não derivativos:

Empréstimos e financiamentos

Fornecedores

Passivo de arrendamento

Dividendos a pagar

Contas a pagar – aquisição de empresas

Valor Contábil

3.199

16.305

51.812

1.772

21

1.289

16.305

3.603

- 1.772

21

1.289

16.305

2.157

-

-

621

-

-

-

30.121

Risco de seguro: O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde. No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde, o modelo de utilização da rede própria ou adicional e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada. Além disso, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e o impacto direto nos contratos com os clientes. No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade. 24.4. Categoria dos instrumentos financeiros

2024

2023

Custo amortizado

Custo amortizado

Ativos financeiros

Circulante:

Contas a receber

Partes relacionadas

Passivos financeiros

Circulante:

Fornecedores

Arrendamentos

Empréstimos e financiamentos

Dividendos a pagar

Contas a pagar – Aquisição de empresas

Partes relacionadas

Não circulante:

Arrendamentos

Empréstimos e financiamentos

Ativos financeiros

Circulante:

Aplicações financeiras

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. 24.5. Hierarquia do valor justo: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor contábil. A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Nível 1. Mercado Ativo: Preço-SE os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciação. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • Nível 3. Sem Mercado Ativo: "Inputs" para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não efetuou transferências entre níveis hierárquicos. 24.6. Gestão do risco de taxa de juros: A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que elas possuem empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. Adicionalmente, devido à saúde financeira da Companhia, ela não possui histórico de aquisições de empréstimos que não seja

2024

2023

(666)

(399)

Ativo

2022

Adições (baixas) que afetaram resultado

2023

Ajuste de taxa de amortização e depreciação fiscal

208

(107)

(107)

Outros

-

(3.136)

8.821

5.893

Total do ativo fiscal diferido

2.109

16.076

8.821

27.006

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria define minis as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. A Diretoria reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discutir sobre os riscos e as exposições. 24.1. Gestão do risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar que a Companhia possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não sofreu alteração. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido deduzido pelo caixa e saldos bancários e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participação de não controladores. A Administração revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. 24.2. Gestão do risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrerem em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis. A exposição máxima do risco de crédito da Companhia é representada pelos valores contábeis das contas a receber de R\$101.481. A Companhia não detém nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia concentra a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte. 24.3. Gestão do risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086

-

52.804

Fluxo de caixa

6 meses ou menos

6 a 12 meses

1 a 2 anos

2 a 5 anos

Acima de 5 anos

13.641

10.493

22.816

22.086</

... continuação		Athena Healthcare Holding S.A.	
		Diretoria	Contador
Fabio Minamissawa Hirota – Diretor Presidente		Carmem Campos Pereira – Diretora Financeira	
Rafael Miranda de Figueiredo CRC-CE 20.880/O-7			
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras			
<p>Aos Acionistas e Diretores do Athena Healthcare Holding S.A. – São Paulo-SP.</p> <p>Prezados Senhores, Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Athena Healthcare Holding S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Athena Healthcare Holding S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparada sob a responsabilidade da Entidade, cuja apresentação é obrigatória para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso</p>		<p>dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis da administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Fortaleza, 29 de Abril de 2025.</p> <p>Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S. CRC CE 000.282/O-9 Rafael Miranda de Figueiredo Contador CRC CE 20.880/O-7</p>	

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiografia S.A.																																				
CNPJ/MF nº 50.252.998/0001-90																																				
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais mil)																																				
Ativo	Controladora				Consolidado				Passivo	Controladora				Consolidado																						
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023																						
Circulante									Circulante																											
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.228	4.651	13.338	12.130				Fornecedores	15	5.836	8.903	25.736	26.151																						
Contas a receber	8	18.440	17.347	53.520	57.313				Obrigações trabalhistas e sociais	15	6.628	7.032	15.064	12.597																						
Estoques	9	1.195	1.528	4.534	4.654				Empréstimo e financiamentos	16	90.707	113.326	91.503	114.914																						
Adiantamentos		3.173	1.759	4.646	2.000				Passivo de arrendamentos	13b	5.656	5.342	13.811	12.514																						
Partes relacionadas	22e	46.800	–	46.800	–				Tributos a recolher	17	605	1.629	3.667	4.718																						
Tributos a recuperar	10	2.231	4.160	4.144	5.668				Imposto de renda e contribuição social a recolher		–	–	1.237	568																						
Outros valores a receber		617	767	2.243	5.554				Parcelamentos de tributos	18	906	423	2.386	1.796																						
Total do circulante		73.684	30.212	129.225	87.319				Compromissos a pagar por aquisições de empresa	20	–	1.383	–	1.383																						
Não circulante									Outras contas a pagar		3.450	1.220	9.497	6.885																						
Realizável a longo prazo									Total do circulante		113.788	139.258	162.901	181.526																						
Tributos diferidos	23	10.360	10.360	10.360	10.360				Não circulante																											
Depósitos judiciais	19ii	698	1.574	6.618	5.833				Empréstimo e financiamentos	16	168.205	119.297	172.908	119.297																						
Ativo indenizatório	20a	10.223	13.990	10.437	14.194				Passivo de arrendamentos	13b	15.218	30.323	34.939	49.060																						
Partes relacionadas	22e	5.837	2.340	2.127	556				Parcelamentos de tributos	18	2.751	307	6.667	2.690																						
Outros valores a receber		–	–	2.625	–				Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	19	2.979	2.378	15.169	16.448																						
Investimentos	11	27.118	28.264	32.167	30.943				Provisão para perda em investimento	11	260	–	–	–																						
Imobilizado	12	360.220	352.729	–	–				Partes relacionadas	22e	65.848	32.548	5.600	–																						
Direito de uso	13a	14.801	29.834	39.069	51.422				Outras contas a pagar		–	–	7	14																						
Intangível	14	20.095	20.318	324.576	338.045				Total do não circulante		255.261	184.853	235.290	187.509																						
Total do não circulante		429.742	441.752	448.570	473.630				Patrimônio líquido																											
Total do ativo		503.426	471.964	577.795	560.949				Capital social		306.926	234.229	306.926	234.229																						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.													Adiantamento para futuro aumento de capital	21c	60.000	72.697	60.000	72.697																		
Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em Reais mil)													Controladora				Consolidado																			
Resultado do exercício	Controladora				Consolidado				Resultado do exercício	Controladora				Consolidado																						
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023																							
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(73.476)	(64.165)	(71.298)	(62.974)					Despesas comerciais		(748)	(2.116)	(2.433)	(4.572)																						
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–					Despesas gerais e administrativas	26	(44.311)	(34.393)	(65.626)	(64.741)																						
Resultado abrangente total	(73.476)	(64.165)	(71.298)	(62.974)					Resultado de equivalência patrimonial	11	19.500	17.140	–	–																						
Resultado abrangente atribuível a:									Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(3.720)	(2.326)	(10.364)	(919)																						
Acionista controlador			(73.476)	(64.165)					Outras receitas/(despesas) operacionais		(553)	(7.949)	626	(7.739)																						
Participações não controladoras			2.178	1.191							(29.832)	(29.644)	(77.977)	(77.971)																						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.													Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e tributos				(27.972)				(20.578)				(15.052)				(8.712)							
													Receita financeira				27				350				672				1.750				976			
													Despesa financeira				27				(46.034)				(44.259)				(51.973)				(48.679)			
													Resultado financeiro, líquido				(43.684)				(43.587)				(50.223)				(47.703)							
													Resultado antes dos tributos sobre o lucro				(73.476)				(64.165)				(65.275)				(56.415)							
													Imposto de renda e contribuição social – corrente				23				–				–				(6.023)				(6.559)			
													Resultado do exercício				(73.476)				(64.165)				(71.298)				(62.974)							
													Resultado líquido atribuído a:																							
													Participação do acionista controlador												(73.476)				(64.165)							
													Participação dos acionistas não controladores												2.178				1.191							
													Resultado por ação																							
													Resultado por ação – (em RS)								(1,00)				(110,83)				(0,97)				(108,77)			
													As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.																							
Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em Reais mil)													Controladora				Consolidado																			
Fluxo de caixa da atividades operacionais	Controladora				Consolidado				Fluxo de caixa da atividades operacionais	Controladora				Consolidado																						
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023																						
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(73.476)	(64.165)	(65.275)	(56.415)				Ajuste por:																											
Depreciação e amortização	12b/13a/14b	22.307	20.010	40.898	36.555				Juros sobre passivos de arrendamento	13b	2.563	2.205	4.953	4.791																						
Juros sobre passivos de arrendamento		–	–	–	–				Juros de empréstimos e financiamentos	16c	37.920	36.052	38.186	36.042																						
Juros de empréstimos e financiamentos		–	–	–	–				Atualização monetária dos compromissos a pagar	20	56	2.510	56	2.515																						
Atualização monetária dos compromissos a pagar		–	–	–	–				Constituição/(reversão) de perda estimada para glosas	8	16.626	1.864	16.006	3.453																						
Constituição/(reversão) de perda estimada para glosas		–	–	–	–				Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	19	1.396	415	(246)	254																						
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas		–	–	–	–				Provisões para perdas de créditos esperadas	8	119	2.325	5.331	700																						
Provisões para perdas de créditos esperadas		–	–	–	–				Baixa residual de ativo imobilizado e intangível	12	4.387	–	3.542	1.101																						
Baixa residual de ativo imobilizado e intangível		–	–	–	–				Resultado de equivalência patrimonial	11	(19.500)	(17.140)	–	–																						
Resultado de equivalência patrimonial		–	–	–	–				Earn out		–	7.667	–	7.667																						
Earn out		–	–	–	–				Outros		569	68	695	175																						
Outros		–	–	–	–				Lucro (prejuízo) ajustado		(7.033)	(8.189)	44.146	36.838																						
Lucro (prejuízo) ajustado		–	–	–	–				Varições nos ativos e passivos operacionais (Aumento) redução das contas do ativo																											
Varições nos ativos e passivos operacionais		–	–	–	–				Contas a receber		(17.838)	(7.920)	(17.544)	(20.641)																						
(Aumento) redução das contas do ativo		–	–	–	–				Estoques		333	660	120	447																						
Contas a receber		–	–	–	–				Adiantamentos		(1.414)	(1.427)	(2.646)	(1.524)																						
Estoques		–	–	–	–				Tributos a recuperar		1.929	(1.715)	1.524	(1.725)																						
Adiantamentos		–	–	–	–				Depósitos judiciais		876	(77)	(785)	(1.886)																						
Tributos a recuperar		–	–	–	–				Outros créditos		150	1.560	686	(2.328)																						
Depósitos judiciais		–	–	–	–				Aumento (redução) das contas do passivo																											
Outros créditos		–	–	–	–				Fornecedores		(3.067)	3.108	(415)	5.226																						
Aumento (redução) das contas do passivo		–	–	–	–				Obrigações trabalhistas e sociais		(404)	18	2.467	(2.107)																						
Fornecedores		–	–	–	–				Tributos a recolher		(1.024)	(3)	(4.524)	132																						
Obrigações trabalhistas e sociais		–	–	–	–				Provisão para contingências		2.972	(2.215)	2.724	(3.947)																						
Tributos a recolher		–	–	–	–				Parcelamento de impostos		2.600	(534)	3.761	(2.385)																						
Provisão para contingências		–	–	–	–				Conta corrente com empresas ligadas		–	–	4.029	(129)																						
Parcelamento de impostos		–	–	–	–				Outras contas a pagar		2.230	(166)	2.605	3.190																						
Conta corrente com empresas ligadas		–	–	–	–				Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.657)	(8.711)	(7.998)	(27.677)																						
Outras contas a pagar		–	–	–	–				Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais		–	–	(1.881)	(2.918)																						
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	–	–				Fluxo de caixa das atividades de investimentos																											
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais		–	–	–	–				Adições do imobilizado e intangível	11/12	(4.588)	(12.412)	(16.765)	(14.557)																						
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		–	–	–	–				Valores líquidos pagos por aquisição de empresas	20	(1.439)	(54.021)	(1.439)	(54.141)																						
Adições do imobilizado e intangível		–	–																																	

revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **5.6. Estoques:** Correspondem aos itens de materiais, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados nos atendimentos laboratoriais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acréscido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **5.7. Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Qualquer ganho ou perda na alienação de um ativo são reconhecidos no resultado. **b. Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c. Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é reconhecida pela Companhia e suas controladas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel, incluindo sua prorrogação, nos casos em que este direito seja garantido contratualmente, ou com base na vida útil dos bens, dos dois o menor. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes, por quantidade de anos:

Anos	10
Instalações	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Máquinas e equipamentos	30
Móveis e utensílios	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **5.8. Ativos intangíveis: (i) Ágio:** O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iv) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

2024	5 anos
Carteira de clientes	12 a 14 anos
Marcas	30 anos
Cláusula de não competição	3 a 5 anos

5.9. Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Dessa forma, a Companhia e suas controladas mantêm os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, não apresentando a compensação com uma respectiva provisão para ação avaliada com risco de perda provável registrada no passivo não circulante. **5.10. Instrumentos financeiros: a. Reconhecimento e mensuração inicial:** A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b. Classificação e mensuração subsequente: (i) Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza. **5.11. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **5.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou não formalizada que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para processos judiciais os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a potencial obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5.13. Arrendamentos e direito de uso:** A Companhia aplica o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento

		Investimentos		31/12/2024	31/12/2023
UMN		ativos		407	571
Masto		Líquido		–	34
Denso				504	426
Total				117.429	97.669
Ágio e intangíveis identificados em combinação de negócios					
Méria				159.027	164.172
Medvia				27.046	28.296
Labmed				35.391	38.820
CMD				15.313	16.858
UMN				2.672	3.067
Masto				1.787	2.130
Denso				1.555	1.717
Total				242.791	255.060
Total dos investimentos				360.220	352.729
Provisão para perda em investimento					
Masto				260	–

As principais informações sobre a participação no patrimônio líquido nas Companhias controladas são apresentadas da seguinte maneira:

		% de participação direta	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) da controlada	Resultado da equivalência patrimonial
Méria		86,69%	110.298	–	110.298	16.373	14.195
Medvia		100%	16.079	4.581	11.498	4.120	4.120
Labmed		100%	27.274	19.335	7.939	1.030	1.030
CMD		100%	2.266	802	1.464	535	535
UMN		100%	732	325	407	(164)	(164)
Masto		100%	3	263	(260)	(294)	(294)
Denso		100%	568	64	504	78	78

b. Movimentação dos investimentos
Total do investimento em 31 de dezembro de 2022 347.859
Amortização de mais-valias identificadas em combinação de negócios (12.612)
Resultado de equivalência patrimonial 17.140
Outros 342
Total do investimento em 31 de dezembro de 2023 352.729
Amortização de mais-valias identificadas em combinação de negócios (12.612)
Resultado de equivalência patrimonial 19.500
Outros 343
Total do investimento em 31 de dezembro de 2024 359.960

		31/12/2024		31/12/2023
Controladora		Depreciação Acumulada		Imobilizado, líquido
		Custo		Imobilizado, líquido
Máquinas e equipamentos		20.850		6.377
Instalações e benfeitorias		5.951		4.045
Móveis e utensílios		399		185
Total		(19.692)		10.607
Controladora		31/12/2023		31/12/2022
		Depreciação Acumulada		Imobilizado, líquido
		Custo		Imobilizado, líquido
Máquinas e equipamentos		27.550		6.377
Instalações e benfeitorias		5.438		4.045
Móveis e utensílios		297		185
Total		(22.678)		10.530
Consolidado		31/12/2024		31/12/2023
		Depreciação Acumulada		Imobilizado, líquido
		Custo		Imobilizado, líquido
Máquinas e equipamentos		168.934		39.863
Instalações e benfeitorias		17.841		10.626
Móveis e utensílios		5.541		2.269
Total		(139.558)		53.220
Consolidado		31/12/2023		31/12/2022
		Depreciação Acumulada		Imobilizado, líquido
		Custo		Imobilizado, líquido
Máquinas e equipamentos		170.193		40.741
Instalações e benfeitorias		16.436		9.086
Móveis e utensílios		4.923		2.015
Total		(138.432)		60.909

b. Mapa de movimentação

		Saldos em 31/12/2023	Baixa líquida	Adição de custo	Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos		6.377	(1.793)	186	(1.491)	3.279
Instalações e benfeitorias		4.045	(608)	1.178	(639)	3.976
Móveis e utensílios		185	(5)	107	(34)	253
Total do imobilizado líquido		10.607	(2.406)	1.471	(2.164)	7.508
Controladora		Saldos em 31/12/2022	Baixa líquida	Adição de custo	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos		7.861	–	693	(2.177)	6.377
Instalações e benfeitorias		2.511	–	2.105	(571)	4.045
Móveis e utensílios		158	–	52	(25)	185
Total do imobilizado líquido		10.530	–	2.850	(2.773)	10.607
Consolidado		Saldos em 31/12/2023	Baixa líquida	Adição de custo	Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos		40.741	(2.922)	10.823	(8.779)	39.863
Instalações e benfeitorias		10.464	(608)	2.070	(1.300)	10.626
Móveis e utensílios		2.015	(12)	647	(381)	2.269
Total do imobilizado líquido		53.220	(3.542)	13.540	(10.460)	52.758
Consolidado		Saldos em 31/12/2022	Baixa líquida	Adição de custo	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos		49.700	(1.020)	2.049	(9.988)	40.741
Instalações e benfeitorias		9.086	(33)	2.564	(1.153)	10.464
Móveis e utensílios		2.123	(48)	279	(339)	2.015
Total do imobilizado líquido		60.909	(1.101)	4.892	(11.480)	53.220

13. Ativo de direito de uso e passivos de arrendamento – A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis com prazos médios de 08 anos e opção de renovação, os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de equipamentos (veículos, impressoras, etc), com prazo médio de 2 anos. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento correspondente no Passivo de curto e longo prazos de igual valor. Após o reconhecimento inicial, uma despesa mensal de amortização do direito de uso juntamente com a despesa de juros advinda da recomposição do montante a pagar foram reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e as controladas definiram as premissas para os cálculos dos efeitos iniciais, as de taxas de juros para o registro de valor presente, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações). **a. Ativo de direito de uso:** A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

		Consolidado		31/12/2024	31/12/2023			
Ativo – direito de uso		Tx média anual amortização %	Saldo inicial em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização	Amortização	Saldo final em 31/12/2024
Imóveis		17%	51.422	–	–	8.412	(10.485)	36.372
Equipamentos		–	–	5.956	–	–	(3.259)	2.697
Total		–	51.422	5.956	(12.977)	8.412	(13.744)	39.069
Ativo – direito de uso		Tx média anual amortização %	Saldo inicial em 31/12/2022	Adições	Baixas	Atualização	Amortização	Saldo final em 31/12/2023
Imóveis		17%	38.638	15.313	–	10.645	(10.562)	51.422

Controladora

		Tx média anual amortização %	Saldo inicial em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização	Amortização	Saldo final em 31/12/2024
Imóveis		15%	29.834	–	–	686	(4.361)	13.182
Equipamentos		–	–	3.430	–	–	(1.811)	1.619
Total		–	29.834	3.430	(12.977)	686	(6.172)	14.801

Ativo – direito de uso

		Tx média anual amortização %	Saldo inicial em 31/12/2022	Adições	Baixas	Atualização	Amortização	Saldo final em 31/12/2023
Imóveis		15%	20.081	15.313	–	10.645	(4.453)	29.834

b. Passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

		Consolidado		31/12/2024	31/12/2023			
Passivo de arrendamento		Saldo inicial em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final em 31/12/2024
Imóveis		61.574	6.601	(13.463)	9.154	4.172	(16.306)	45.131
Equipamentos		–	6.601	–	–	781	(3.763)	3.619
Total		61.574	6.601	(13.463)	9.154	4.953	(20.069)	48.750
							Circulante	13.811
							Não circulante	34.939
Passivo de arrendamento		Saldo inicial em 31/12/2022	Adições	Baixas	Atualização	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final em 31/12/2023
Imóveis		49.978	15.313	(3.121)	10.645	4.791	(16.032)	61.574
							Circulante	12.514
							Não circulante	49.060

Controladora

		Saldo inicial em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final em 31/12/2024
Imóveis		35.665	–	(13.463)	1.112	2.018	(6.935)	18.977
Equipamentos		–	4.075	–	–	545	(2.143)	2.477
Total		35.665	4.075	(13.463)	1.112	2.563	(9.078)	20.379
							Circulante	5.656
							Não circulante	15.218

Passivo de arrendamento

		Saldo inicial em 31/12/2022	Adições	Baixas	Atualização	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final em 31/12/2023
Imóveis		26.034	15.313	(828)	- 267	2.205	(6.792)	35.665
							Circulante	5.342
							Não circulante	30.323

No decorrer do ano de 2024 e 2023, houve celebração de novo contratos de arrendamento e majoração de contratações existentes. A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos de longo prazo dos contratos de arrendamento:

continua

continuação

Consolidado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empresa	48.927	-	556	-
Refua (i)	-	-	-	-
Mérya	-	5.600	-	-
Total	48.927	5.600	556	-

Valores referentes a rateio de despesas corporativas e envio de recursos para suprir as necessidades de caixa entre as Companhias do Grupo. O valor de R\$ 46.800 apresentado no ativo circulante será utilizado ao longo de 2025 e destinado a aumento de capital social.

23. Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma Autoridade Fiscal. A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e contribuição social negativa	5.126	10.721
Amortização de mais-valias em combinações de negócios	3.538	3.073
Provisões para perdas de créditos esperadas e glosas	18.416	13.423
Provisão para honorários médicos e fornecedores (competência)	938	3.185
Provisão para bônus	1.928	1.897
Outros	1.440	653
Base de cálculo	31.386	32.953

Tributos diferidos – passivo

	31/12/2024	31/12/2023
Receita a faturar	915	2.483

Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%	10.360	10.360

A Companhia possui base para constituição de prejuízo fiscal, no montante de R\$ 62.413, maior do que o atualmente registrado de R\$ 5.126, mas não contabiliza, por não ter segurança na expectativa de lucro fiscal futuro para recuperação em um montante superior ao valor de R\$ 10.360 atualmente já registrado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, no resultado são reconhecidos como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(73.476)	(64.165)
Alíquota estatutária	34%	34%
(Despesa) receita com IRPJ e CSLL	(24.982)	(21.816)
Equivalência Patrimonial	6.630	5.828
Adições/exclusões permanentes	18.352	15.988
Resultado com IRPJ e CSLL – alíquota estatutária	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-
Corrente	-	-
Taxa efetiva	0%	0%

Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(65.275)	(56.415)
Alíquota estatutária	34%	34%
(Despesa) receita com IRPJ e CSLL	(22.194)	(19.181)
Adições permanentes	36.836	34.615
Prejuízo em entidades sem a constituição de impostos diferidos	428	766
Efeito de controladas com lucro presumido	(9.047)	(9.641)
Resultado com IRPJ e CSLL – alíquota estatutária	6.023	6.559
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-
Corrente	(6.023)	(6.559)
Taxa efetiva	9%	12%

24. Receita de prestação de serviços – A Companhia e suas controladas geram receitas principalmente pelos seus serviços com exames laboratoriais, diagnósticos e imagens, para clientes particulares e clientes de operadoras de saúde suplementar. Abaixo apresentamos a conciliação entre o faturamento bruto para fins fiscais, incluindo a desagregação por tipos de contrato de clientes, e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultados do exercício:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita com convênios	71.957	83.501	294.480	302.577
Receita com particulares	7.298	7.456	26.689	28.298
79.255	90.957	321.169	330.875	
Glosas	(2.698)	(1.758)	(7.794)	(4.136)
Tributos	(4.510)	(5.272)	(19.654)	(20.657)
Outras deduções	-	-	(107)	-
Receita líquida	72.047	83.927	293.614	306.082

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	72.047	83.927
Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:	-	-

25. Custos dos serviços prestados

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(26.073)	(29.119)
Serviços prestados por médicos (a)	(13.141)	(15.124)
Serviços prestados por médicos (partes relacionadas)	(3.141)	(4.799)
Suprimentos	(8.991)	(10.682)
Depreciação e amortização	(9.090)	(7.479)

26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(19.349)	(18.356)
Serviços gerais e administrativos	(5.764)	(6.163)
Serviços de consultoria e assessoria	(1.691)	(1.499)
Impostos e taxas	(179)	(151)
Depreciação e amortização	(12.613)	(12.612)
Outras despesas administrativas	(4.715)	4.388
(44.311)	(34.393)	(65.626)

27. Resultado financeiro líquido

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras	4	1
Descontos obtidos	32	498
Receita com aplicações financeiras	287	163
Outras receitas financeiras	27	10
Juros recebidos	350	672
1.750	976	

Despesas financeiras

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.653)	(36.052)
Juros sobre arrendamentos	(2.872)	(2.205)
Juros sobre compromissos a pagar	(56)	(2.511)
Waiver sobre empréstimos	(1.904)	(1.423)
Demaís juros	(1.404)	(1.14)
Outras despesas financeiras	(2.145)	(1.954)
(46.034)	(44.259)	(51.973)

Resultado financeiro líquido

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras	(46.034)	(44.259)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(45.684)	(43.587)
(50.223)	(47.703)	

28. Gestão de capital – Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital. A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures), subtraído o montante de caixa e equivalentes de caixa.

Índice de alavancagem consolidado

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	258.912	232.623
(i) Caixa e equivalentes de caixa	(1.228)	(4.651)
Dívida líquida	257.684	227.972
Patrimônio líquido	134.377	147.853
Índice de alavancagem – %	192%	154%

29. Instrumentos financeiros – A Companhia e suas controladas, de forma geral, estão expostas aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: (i) risco de mercado; (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de liquidez; e (iv) risco de crédito. A Companhia e suas controladas gerenciam os riscos aos quais estão expostas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando a liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação do risco. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia e suas controladas. **29.1. Gerenciamento dos riscos financeiros: a. Risco de mercado:** O risco de mercado é o potencial resultado negativo, devido a mudanças nos parâmetros de mercado. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O risco ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas é o risco de taxa de juros. **b. Risco de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas possuem empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional subordinados a taxa de juros vinculadas a indexadores como a CDI. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas não possuem contratos derivativos para fazer cobertura para esse tipo de risco, pois gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e variáveis. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos remunerados por juros da Companhia e suas controladas era o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	1.228	4.651
Passivos financeiros	-	-
Compromisso a pagar	-	1.383
Empréstimos e financiamentos	258.912	232.623
264.411	234.211	

c. Risco de sensibilidade de taxa de juros: Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros. A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada ou pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final da data-base não impactaria o resultado da Companhia. Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros teria reduzido o patrimônio líquido em R\$ 72 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 108). Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros aumentou o patrimônio líquido em R\$ 61 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 116). A análise pressupõe que todas as outras variáveis, permaneceriam constantes. **d. Risco de liquidez:** Risco de

liquidez é o risco na qual a Companhia e suas controladas poderão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo líquido. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Financeira que é responsável por monitorar as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia e suas controladas, para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Conforme descrito na nota explicativa 1, atualmente a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, não obstante que se necessário contará com o aporte financeiro de sua controladora. O quadro a seguir analisa o passivo e instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores contábeis.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.228	4.651
Contas a receber (ii)	18.440	17.347
20.068	22.000	

Em 31 de dezembro de 2024

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	258.912	232.623
Passivo de arrendamento	20.874	24.409
Fornecedores	5.795	5.795
285.581	263.027	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.228	4.651
Contas a receber (ii)	18.440	17.347
20.068	22.000	

Em 31 de dezembro de 2024

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	258.912	232.623
Passivo de arrendamento	20.874	24.409
Fornecedores	5.795	5.795
285.581	263.027	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	232.623	232.623
Passivo de arrendamento	48.750	59.734
Fornecedores	25.736	25.736
287.109	298.093	

Fluxo de caixa contratuais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4.651	4.651
Contas a receber (ii)	17.347	17.347
22.000	22.000	

Em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos</		

<p>Betfair Brasil S.A. CNPJ/MF nº 55.229.080/0001-43 – NIRE 35.300.659.252</p> <p>Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025</p> <p>1. Data, Hora e Local: Realizada em 29 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Betfair Brasil S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 352, conjunto 76, Bela Vista, CEP 01310-905 ("Companhia"). 2. Convocação e Presenças: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. 3. Mesa: Antoine Paul Andre Reymondon – Presidente; David Gerard Maxwell – Secretário. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.988.556.514,77 (um bilhão, novecentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e sete centavos); (ii) a aprovação do Boletim de Subscrição; (iii) a alteração do <i>caput</i> do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o aumento de capital social da Companhia; (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (v) a autorização aos diretores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados. 5. Deliberações: Após examinadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram o seguinte: 5.1. Aprovar o aumento do capital social, atualmente de 569.688.710,00 (quinhentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e dez reais), totalmente integralizado, para R\$ 2.558.245.224,77 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos), um aumento, portanto, de R\$ 1.988.556.514,77 (um bilhão, novecentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e sete centavos), mediante a emissão de 1.988.556.514 (um bilhão, novecentos e oitenta e oito milhões, quinhentas e cinquenta e seis mil, quinhentas e quatorze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações anteriormente emitidas pela Companhia, a serem subscritas e integralizadas nas seguintes condições: (i) as 1.988.556.514 (um bilhão, novecentos e oitenta e oito milhões, quinhentas e cinquenta e seis mil, quinhentas e quatorze) novas ações ordinárias são colocadas pelo preço total de emissão de R\$ 1.988.556.514,00 (um bilhão, novecentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quatorze reais), um preço de emissão, portanto, de R\$ 1,00 (um real) por ação. O preço de emissão das novas ações ora emitidas foi fixado levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido das ações representativas do capital social da Companhia, verificado na presente data, nos termos do parágrafo 1º, inciso II, do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as referidas novas ações ordinárias serão subscritas e integralizadas, na presente data, integralmente pela acionista TSE Holdings Limited, na forma prevista no Boletim de Subscrição, que faz parte do Anexo I à presente ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia. 5.2. Consignar que o valor remanescente de R\$ 0,77 (setenta e sete centavos) será mantido em conta de reserva para futuro aumento de capital da Companhia. 5.3. Consignar que, estando presente à Assembleia acionistas representando a totalidade do capital social, foi dispensado o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência previsto em lei, passando-se imediatamente à subscrição. A acionista Betfair Brasil Holdings Ltda. renunciou expressamente, de forma irrevogável e irretroatável, o seu direito de preferência, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º, da Lei de Sociedades Anônimas. 5.4. Aprovar expressamente o Boletim de Subscrição acima mencionado e declarar formalmente concretizado o aumento de capital mediante a emissão das referidas novas ações ordinárias. 5.5. Aprovar, em decorrência das deliberações acima, a alteração do <i>caput</i> do Artigo 5º do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.558.245.224,77 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos), dividido em 2.558.245.224 (duas bilhões, quinhentas e cinquenta e oito milhões, duzentas e quarenta e cinco mil e duzentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." 5.6. Aprovar, em virtude das deliberações acima, e para maior facilidade e clareza, a consolidação do Estatuto Social, anexo ao presente instrumento como Anexo II, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia. 5.7. Autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando a presente ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do Art. 130 da Lei das Sociedades por Ações, a qual lida e achada conforme, foi por todos os presentes lida e assinada. 7. Assinaturas: Presidente da Mesa: Antoine Paul Andre Reymondon; Secretário: David Gerard Maxwell. Acionistas presentes: Betfair Brasil Holdings Ltda., p. Antoine Paul Andre Reymondon; e TSE Holdings Limited, p.p. Antoine Paul Andre Reymondon. São Paulo, 29 de abril de 2025. Mesa: Antoine Paul Andre Reymondon – Presidente; David Gerard Maxwell – Secretário. Acionistas: Betfair Brasil Holdings Ltda. Por: Antoine Paul Andre Reymondon Cargo: Diretor; TSE Holdings Limited p.p. Antoine Paul Andre Reymondon. Anexo II – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Duração. Artigo 1º A Betfair Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 352, conjunto 76, Bela Vista, CEP 01310-905. Parágrafo Único – A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, escritórios, subsidiárias e quaisquer outras instalações, no país ou no exterior. Artigo 3º A Companhia tem prazo de duração indeterminado. Capítulo II – Objeto Social. Artigo 4º A Companhia tem como objeto social as atividades de: (i) exploração de apostas de quota fixa, nos termos da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024 (CNAE 9200-3/99); (ii) participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, como acionista ou quotista (CNAE 6462-0/00); e (iii) prestação de serviços de consultoria em publicidade e propaganda (CNAE 7319-0/04). Capítulo III – Capital Social e Ações. Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.558.245.224,77 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos), dividido em 2.558.245.224 (duas bilhões, quinhentas e cinquenta e oito milhões, duzentas e quarenta e cinco mil e duzentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo 2º. Em caso de aumento de capital, é assegurado aos acionistas o direito de preferência na subscrição das ações a serem emitidas, na proporção do número de ações de que forem titulares, de acordo com as disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações. Parágrafo 3º. A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis. Parágrafo 4º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do titular no Livro de Registro de Ações Nominativas. Parágrafo 5º. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. Artigo 6º A Companhia só registrará a transferência de ações em que forem observadas as disposições pertinentes previstas na legislação aplicável ao objeto social da Companhia. Capítulo IV – Assembleia Geral. Artigo 7º A Assembleia Geral reunir-se-á, (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, para os fins previstos na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, observadas as disposições deste Estatuto Social e da legislação a respeito da sua convocação, instalação, condução e competência. Parágrafo 1º. A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por qualquer um dos membros da diretoria. O presidente da Assembleia Geral escolherá entre os presentes o secretário da mesa. Parágrafo 2º. Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral por vídeo, teleconferência ou qualquer outro meio que permita identificação do acionista e comunicação simultânea com os demais participantes da Assembleia Geral. Parágrafo 3º. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores nomeados na forma do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Artigo 8º A Assembleia Geral deverá ser convocada por qualquer um dos acionistas ou dos membros da Diretoria, em conformidade com os termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social. Parágrafo 1º. A Assembleia Geral deverá ser convocada com, ao menos 10 (dez) dias úteis de antecedência, devendo os editais de convocação conter local, data e hora da assembleia, indicação detalhada da ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto Social, indicação da matéria a ser tratada. Além da publicação dos editais de convocação na forma da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas também deverão ser convocados via e-mail, no mesmo prazo aqui previsto. Parágrafo 2º. Considerar-se-á dispensada a convocação de uma Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas da Companhia. Parágrafo 3º. A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de votos presentes, ressalvadas as exceções previstas em lei. Parágrafo 4º. Das Assembleias Gerais serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos acionistas presentes. Artigo 9º Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas a seguir, além daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações, que serão aprovadas por acionistas representando a maioria do capital votante: (a) alterações no Estatuto Social da Companhia; (b) alteração no capital social, incluindo aumento ou redução de capital; emissão de valores mobiliários convertíveis em ações; emissão de bônus de subscrição; aquisição ou resgate de ações pela própria Companhia; (c) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria; (d) tomada anual das contas dos administradores, e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (e)</p>	<p>suspensão do exercício dos direitos dos acionistas; (f) deliberação sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; (g) deliberação sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução ou liquidação da Companhia, e/ou operação de efeitos similares, e eleição e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas; (h) deliberação sobre o pedido de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, bem como declaração de autofalência ou qualquer outro procedimento semelhante; (i) instituição ou modificação da política de distribuição de dividendos da Companhia; (j) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio, redução do dividendo mínimo obrigatório ou retenção de lucros; (k) constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis; (l) aprovação das contas anuais e demais demonstrações financeiras da Companhia, assim como mudanças na política de contabilização; (m) aprovação da remuneração anual dos membros da Diretoria; (n) constituição, aquisição ou alienação de participação em outras sociedades; (o) aprovação de planos de oferta de ações (inclusive no âmbito de planos de remuneração de executivos), de opções de compra de ações, de bônus de subscrição, bem como de quaisquer ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia; (p) aprovação de emissão de debêntures, bem como da realização e das condições de eventual oferta pública inicial pela Companhia; e (q) aprovação do resgate, recompra ou amortização de ações da Companhia, os termos e condições dessas operações, incluindo, sem limitação, os valores a serem pagos, observados os parâmetros definidos em lei. Capítulo V – Administração. Seção I – Disposições Gerais. Artigo 10º A Companhia será administrada por uma Diretoria, os quais terão os seus poderes e responsabilidades fixados na legislação e neste Estatuto Social. Parágrafo Único – A remuneração global da Diretoria deverá ser estabelecida pela Assembleia Geral, assim como a alocação da referida remuneração será determinada pela Assembleia Geral. Seção II – Diretoria. Artigo 11º A Diretoria é composta por 6 (seis) membros, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, sendo designados da seguinte forma: (i) 1 (um) Diretor Presidente; (ii) 2 (dois) Diretores Sem Designação Específica; (iii) 1 (um) Diretor de Contabilidade e Finanças, responsável pela área prevista no art. 8º, § 2º, I, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024; (iv) 1 (um) Diretor de Integridade e Compliance e de Relacionamento com o Ministério da Fazenda, responsável pelas áreas previstas no art. 8º, § 2º, IV e VI, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024; e (v) 1 (um) Diretor de Atendimento aos Apostadores e Ouvidoria, responsável pela área prevista no art. 8º, § 2º, V, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024. Parágrafo 1º. Apenas o cargo de Diretor de Relacionamento com o Ministério da Fazenda poderá ser cumulado com qualquer dos demais cargos previstos no Artigo 11º. Parágrafo 2º. Os Diretores da Companhia observarão as exigências da legislação aplicável. Parágrafo 3º. A posse dos membros da Diretoria será condicionada à assinatura de Termo de Posse, o qual deverá ser arquivado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Artigo 12º Na hipótese de ocorrer renúncia, impedimento ou incapacidade permanente, ausência, falecimento ou qualquer outro evento que resulte na vacância permanente de qualquer dos cargos dos Diretores da Companhia, deverá ser convocada uma Assembleia Geral para indicação do substituto. Artigo 13º A Diretoria terá a função de conduzir os negócios da Companhia e implementar as decisões aprovadas pelos acionistas. Artigo 14º A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais. Artigo 15º Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigar-se-á mediante assinatura (i) isolada do Diretor Presidente; (ii) isolada de qualquer um dos Diretores Sem Designação Específica; (iii) conjunta de 2 (dois) membros da Diretoria; (iv) isolada de 1 (um) procurador; ou (v) isolada do (a) Diretor Executivo de Contabilidade e Finanças; (b) Diretor Executivo de Integridade e Compliance; (c) Diretor de Relacionamento com o Ministério da Fazenda; ou (d) Diretor Executivo de Ouvidoria, se a representação da Companhia for exigida, de forma isolada, por norma relacionada à operação de apostas de quota fixa no Brasil. Parágrafo Único. A Companhia poderá outorgar procurações para sua representação, mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) membros da Diretoria. As procurações deverão conter a descrição completa dos poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação em processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo de validade determinado e vedar o subestabelecimento. Capítulo VI – Conselho Fiscal. Artigo 16º A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, na forma da lei. Parágrafo Único. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. Artigo 17º O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal. Artigo 18º Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal terão os poderes e a competência previstos na legislação aplicável. Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Resultado. Artigo 19º O exercício social terá início em 1º de janeiro terminará em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo 1º. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais corresponderão à proposta de destinação do lucro do exercício. Parágrafo 2º. O lucro líquido terá a seguinte destinação, de acordo com os termos destes Estatuto: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas como dividendos obrigatórios; e (iii) o saldo terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. Artigo 20º Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos no prazo da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 21º A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. Parágrafo 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço levantado. Parágrafo 2º. Também mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. Parágrafo 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Capítulo VIII – Dissolução e Liquidação. Artigo 22º A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, sendo que a forma de liquidação, a nomeação do liquidante e a condução da Companhia durante o período de liquidação seguirão as normas legais em vigor. Capítulo IX – Resolução de Disputas. Artigo 23º Quaisquer controvérsias decorrentes ou relacionadas a este Estatuto Social para as quais a Companhia, acionistas ou/ou membros da Diretoria não encontrem solução amigável, inclusive quanto a sua interpretação, validade, execução ou cumprimento serão resolvidas por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) e sujeitas às seguintes condições: Parágrafo 1º. A disputa será submetida ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Internacional – ICC ("Centro de Arbitragem") de acordo com suas regras em vigor em 1º de janeiro de 2021 ("Regras"). Parágrafo 2º. A(s) parte(s) que submeter(em) a disputa à arbitragem deverá(ão) nomear coletivamente 1 (um) árbitro e a(s) outra(s) parte(s) deverá(ão) nomear coletivamente 1 (um) árbitro. O terceiro árbitro presidente será nomeado pelos 2 (dois) árbitros nomeados. Se uma das partes não nomear um árbitro e/ou se os árbitros nomeados não nomearem um terceiro árbitro, então o árbitro será nomeado de acordo com as Regras. Parágrafo 3º. A sede da arbitragem será em São Paulo e o painel de arbitragem aplicará as leis do Brasil e as Regras. Todos os procedimentos da arbitragem, incluindo argumentos e resumos, serão conduzidos em inglês. As partes deverão cooperar de boa-fé para agilizar (ao máximo possível) a condução de qualquer procedimento arbitral iniciado nos termos deste Estatuto Social. Nada impedirá que as partes busquem medidas cautelares ou liminares, provisórias ou permanentes, ou ambas, junto aos tribunais competentes, com jurisdição para conceder medidas em quaisquer disputas ou diferenças decorrentes deste Estatuto Social. Parágrafo 4º. Os custos e despesas relacionados ao procedimento de arbitragem seguirão as Regras. A decisão final da arbitragem atribuirá à parte vencida, ou a ambas as partes, na proporção do deferimento de suas reivindicações, o ônus de pagar os custos e as despesas da arbitragem (incluindo todos os custos do Centro de Arbitragem da parte vencedora). O tribunal arbitral não terá jurisdição para impor honorários advocatícios sucumbenciais à parte vencida. Parágrafo 5º. Cada parte terá o direito de apresentar ao tribunal aplicável quaisquer medidas judiciais com o objetivo de obter providimentos cautelares para a proteção ou salvaguarda de direitos ou em preparação para o início da arbitragem e, em nenhuma circunstância, tais atos serão considerados uma renúncia à arbitragem. Para fins de prosseguimento das medidas judiciais acima mencionadas, as partes elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Parágrafo 6º. Nos termos do artigo 516 do Código de Processo Civil Brasileiro, a execução da sentença arbitral ocorrerá na comarca em que a arbitragem foi realizada (Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido neste Estatuto Social) e o credor da sentença arbitral estará autorizado a optar por julizar tal execução perante o juízo do local onde se encontram os bens sujeitos à expropriação ou perante o juízo do domicílio do devedor da sentença arbitral. Cada uma das partes deverá enviar esforços comerciais razoáveis para assegurar uma conclusão rápida e eficiente do procedimento arbitral. Parágrafo 7º. O tribunal arbitral deverá proferir sua sentença na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, no prazo de 6 (seis) meses contados do início do procedimento arbitral. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses pelo tribunal arbitral, desde que haja motivo para tanto. As partes deverão manter em sigilo toda e qualquer informação relativa ao procedimento arbitral. Parágrafo 8º. A sentença arbitral será final e vinculante para as partes. As partes não submeterão nenhuma disputa a nenhum processo judicial ou arbitral além dos estabelecidos neste Estatuto Social. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 160.281/25-8 em 09/05/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.</p>
--	--

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ **Contato:** (11) 3361-8833

✉ **Orçamentos:** comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Severo Villares Projetos e Construções S.A.

CNPJ/MF nº 61.432.472/0001-08 – NIRE 35.300.359.968
Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária
Data, Hora e Local: 25 de abril de 2025, às 10:00 horas, na nova sede social situada na Avenida das Amoreiras, nº 6312, sala 1, Jardim Novo Campos Eliseos, Município de Campinas, Estado de São Paulo, CEP: 13050-575. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Rodrigo Malvezzi da Silva, presidente da assembleia, e Geraldo Romera Portela Silva Gomes, secretário. **Ordem do Dia:** **a)** exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2024; **b)** outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** colocada em pauta o **item "a"** da ordem do dia, foram aprovados, sem qualquer restrição, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2024, publicado no "Data Mercantil", nas versões impressa e digital, da edição de 07/03/2025. Passando ao **item "b"** da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal, conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais:** **1) quórum da deliberação:** aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes; **2) arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; **3) encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da companhia, conforme comprovam as assinaturas lançadas no livro de Presença de Acionistas. Na qualidade de Secretário da assembleia declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Rodrigo Malvezzi da Silva – Presidente da Assembleia; Geraldo Romera Portela Silva Gomes – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 163.256/25-1 em 09/05/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Banco da China Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 10.690.848/0001-43 - NIRE 35.300.366.638
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2025
1. Data, hora e local: Aos 31 dias do mês de março de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 901, 14º andar - CEP 01311-100, Bela Vista. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação previa consoante o disposto no Parágrafo Único do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia por meio de teleconferência, conforme registros e assinaturas no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Quisheng Cai; **Conselheiro:** Guanghua Zhang; **Conselheiro:** Ruojie Li; e **Secretário:** Frederico Mariano Soares de Lima. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as políticas, procedimentos e relatórios internos. **5. Deliberações:** Após a leitura da Ordem do Dia e examinados os documentos disponibilizados e procedidas as devidas discussões sobre eles, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberam por aprovar: a. Plano Anual de Auditoria Interna, referente ao ano de 2025; **b.** Relatório Anual de Auditoria Interna, referente ao ano de 2024; **c.** Políticas, Normas e Procedimentos de Auditoria Interna, atualização 2025; **d.** Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, referente ao ano de 2024; **e.** Relatório de Avaliação de Efetividade, referente ao ano de 2024; **f.** Relatório do Canal de Denúncias (Índices de Ilícitude), referente ao 2º Semestre de 2024; **g.** Relatório de Conformidade, referente ao ano de 2024; **h.** Relatório de Ouvidoria, referente ao 2º Semestre de 2024; **i.** Relatório Gerencial (Risco de Liquidez), referente ao 4º trimestre de 2024; **j.** Relatório de Controles Internos, referente ao ano de 2024; **k.** Relatório de Segurança Cibernética, referente ao ano de 2024; **l.** Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gestão Contínuo de Capital, atualização 2024. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, após lida, foi achada conforme, aprovada e assinada pelo Presidente da Mesa, pelo Secretário da Mesa e pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Ass.: Quisheng Cai; Ruojie Li; Guanghua Zhang. *Esta é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.* JUCESP nº 142.975/25-4 em 06/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Usina Santa Fé S.A.

CNPJ nº 45.281.813/0001-35 - NIRE nº. 35.300.116.542
Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 31/03/2025
Data, Horário e Local: Realizada no dia 31/03/2025, às 10h00min, na sede social da companhia, localizada na Estrada da Antiga Fazenda Itaquaré, s/nº, Rural, CEP n. 14920-000 no município de Nova Europa, Estado de São Paulo, por videoconferência por meio de aplicativo disponibilizado pela companhia. **Presenças:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, ao final assinados. **Mesa:** Presidente, Sr. Roberto Malzoni Filho e Secretária, Sra. Anita Ferraz Malzoni. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria, consoante disposto no artigo 16 do Estatuto Social. **Deliberações Tomadas pela Unanimidade dos Presentes:** a) Consideram sanada a inobservância dos prazos referidos no artigo 14 do Estatuto da Companhia; b) Aprovam a realização desta Reunião por videoconferência, através de aplicativo fornecido pela Companhia e, ainda, que as assinaturas apostas neste instrumento, sejam realizadas através da ferramenta de assinatura digital DocuSign ou AtlasSign, nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da MP nº 2.200-2/2001.; c) Reelegem os seguintes membros da Diretoria da Sociedade, para um mandato de 03 (três) anos, o qual se estenderá até a posse de seus substitutos, conforme segue: Diretor Presidente: Sr. **Francisco Sylvio Malzoni Gavotti**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Av. Dagmar Fedozzi Cataneu, n. 129, Quinta dos Olíis, CEP 14808-063, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.469.843-7-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 218.898.128-62; Diretor Agroindustrial: Sr. **João Paulo Rogante**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade R.G. nº 40.169.367-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 334.164.318-47, residente e domiciliado na Rua Ismael Nery Palhares, nº 228, Jardim São Francisco, Itápolis/SP, CEP 14904-521; Diretor Financeiro: Sr. **Thiago Rossi Pinto**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade R.G. nº 33.521.789-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.497.658-29, residente e domiciliado na Avenida Roque Nicolielo Junior, nº 520, Vila Alirões, Nova Europa/SP, CEP 14.920-100; e Diretor Administrativo Comercial: Sr. **Genaildo Torres**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade R.G. nº 7.398.219-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.086.789-55, residente e domiciliado na Rua Nivea Cunha Fenerich, nº 201, casa 76, Jardim Dom Pedro I, Araraquara/SP, CEP 14.802-235. Os Diretores ora reeleitos foram empossados em seus respectivos cargos nesta data, mediante assinatura do Termo de Posse de Diretores e Declaração de Desimpedimento, que ficarão arquivados na sede da companhia, ficando investidos de todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Companhia e declararam para os devidos fins e sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial de exercer a atividade mercantil, o comércio ou administração de sociedade mercantil, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se esta Reunião Extraordinária do Conselho de Administração às 11h00 min, tendo sido lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e subscrita por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, para todos os fins de direito. Presentes: Roberto Malzoni Filho, Presidente da Reunião e do Conselho de Administração; Anita Ferraz Malzoni, Secretária da Reunião e Vice-Presidente do Conselho de Administração; Conselheiros: Heloisa Cleaver Malzoni, Helena Malzoni Romanach, Fernando Luiz de Mattos Oliveira, Mônica Carneiro Meira Bergamaschi e Luiz Carlos de Campos Salles. A presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Nova Europa, 31/03/2025. JUCESP nº 143.731/25-7 em 06/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de abril de 2025
Data, Hora e Local: Aos 22 dias do mês de abril de 2025, às 9hs, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Alexandre Gonçalves Silva, Weber Ferreira Porto e Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do art. 15, §1º, do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Ordem do Dia:** **(1)** Manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("DFs 2024"), bem como o respectivo Parecer dos Auditores Independentes; **(2)** Manifestar-se sobre o montante apurado pela Diretoria a título de EBITDA da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, para submissão à Assembleia Geral; **(3)** Examinar a proposta de Remuneração Anual Global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2025, a ser submetida à Assembleia Geral; **(4)** Consignar que a Contratação de Operações de Empréstimos/Dividas será submetida à aprovação pela Assembleia Geral da Companhia; **(5)** Convocar Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"). **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Instalada a Reunião e procedida a leitura da Ordem do Dia, dando início a sua discussão, foram aprovadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas: **1.** Manifestar-se favoravelmente ao Relatório da Administração, às Contas da Diretoria e às DFs 2024, devidamente acompanhadas do relatório do auditor independente, os quais serão submetidos para deliberação dos acionistas em AGO; **1.1.** Consignar que, conforme apurado nas DFs 2024, houve um prejuízo no exercício de **R\$ 38.578.818,38** (trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e dezoito reais e trinta e oito centavos), montante esse a ser absorvido. Nos termos do artigo 189 da lei 6.404/76 pela reserva estatutária denominada reserva de investimento da companhia (art.27, §2º, (c), do Estatuto Social), cujo saldo passará a ser de R\$ 117.541.561,68 (cento e dezesseite milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos); **2.** Manifestar-se favoravelmente sobre o montante do EBITDA apurado pela Diretoria da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, do Estatuto Social, no valor de **R\$ 373.242.917,75** (trezentos e setenta e três milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e dezesseite reais e setenta e cinco centavos) a ser submetido à AGO; **3.** Manifestar-se favoravelmente à proposta de Remuneração Anual Global dos Administradores da Companhia para o Exercício de 2025 no valor total de até **R\$ 15.000.000,00** (quinze milhões de reais), a ser submetida à AGO; **4.** Consignar que, nos termos das reuniões do Conselho de Administração realizadas em 17/03/2025, 20/03/2025 e 01/04/2025, deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral, em vista do impacto sobre o Endividamento Líquido da Companhia, conforme artigo 11, item viii, do Estatuto Social, a contratação das seguintes Operações de Empréstimo/Dividas: (i) Nota de Crédito à Exportação junto ao **Banco Bradesco S.A.**, no montante de até R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), negociado com swap em Dólares dos Estados Unidos ou Euros; (ii) Cédula de Crédito Bancária Financiamento, mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, Nota de Crédito à Exportação junto ao **Banco Votorantim S.A.**, no montante de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), negociado em Dólares dos Estados Unidos; e (iii) Notas em Dólares dos Estados Unidos ("Floating Rate Note") junto ao **Banco Santander S.A. Brasil**, com recursos do Santander Luxemburgo Branch, no montante de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), negociado em Dólares dos Estados Unidos; e **5.** Aprovar a convocação da AGO, a ser realizada no dia **28 de abril de 2025 às 09h**, na sede da Companhia, para deliberar sobre as matérias indicadas acima, bem como sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração e autorizar a administração da Companhia a tomar as providências necessárias à convocação da AGO. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 22 de abril de 2025. Lucas Santos Rodas, Presidente; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Secretário. **Conselheiros:** Lucas Santos Rodas; Paulo Zucchi Rodas; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves; Alexandre Gonçalves Silva; Weber Ferreira Porto e Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque. JUCESP nº 142.471/25-2 em 05/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Cellera Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 33.173.097/0002-74
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de abril de 2025
1. Data, Hora e Local: No dia 23 de abril de 2025, às 10 horas, na filial da Cellera Farmacêutica S.A., localizada na Av. Eng. Luis Carlos Berrini 550, 9º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia, na forma do artigo 16, parágrafo único, do estatuto social da Companhia. **3. Presença:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **4. Composição da Mesa:** Presidente: Marcos Grodetzky; e Secretária: Vanessa Borzani. **5. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (ii) a eleição dos membros dos Comitês da Companhia; e (iii) a ratificação do "Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho" ("Regimento Interno"). **6. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **6.1.** Eleger, nos termos do Artigo 19 (x) do Estatuto Social da Companhia e do artigo 160 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, os seguintes membros do **Comitê de Auditoria, Finanças e Compliance:** (i) **Marcos Grodetzky**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.474.360 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 425.552.057-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Alemanha 732, Jardim Europa, CEP 01448-010; (ii) **Omliton Visconde Júnior**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 6.817.258-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 052.283.968-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini 550, 9º andar, Cid. Monções, CEP 04571-000; e (iii) **Carlos José Garcia**, argentino, casado, empresário, portador do passaporte Argentino AAJ678457, expedido pela RENAPER, e inscrito no CPF sob o n.º 234.666.488-07, residente e domiciliado na Cidade de Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, com endereço na 200 East 62nd Street, Apartment 14 A, 10065, Estados Unidos da América. O Sr. Marcos Grodetzky assumirá a posição de coordenador de Comitê. **6.2.** Eleger, nos termos do Artigo 19 (x) do Estatuto Social da Companhia e do artigo 160 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, os seguintes membros do **Comitê de Gente, Governança e Nomeação:** (i) **Omliton Visconde Junior**, acima qualificado; (ii) **Marcos Grodetzky**, acima qualificado; e (iii) **Carlos José Garcia**, acima qualificado. O Sr. Omliton Visconde Junior assumirá a posição de coordenador do Comitê. **6.3.** Eleger, nos termos do Artigo 19 (x) do Estatuto Social da Companhia e do artigo 160 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, os seguintes membros do **Comitê de Estratégia, Marketing e Novos Negócios:** (i) **Jurema Aguiar de Araujo**, brasileira, casada, RG nº 20.050.862 SSP/SP e CPF/ME nº 152.566.808-03, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.140, 7º andar, Cidade Monções, CEP 04571-000; (ii) **Omliton Visconde Júnior**, acima qualificado; e (iii) **Carlos José Garcia**, acima qualificado. A Sra. Jurema Aguiar de Araujo assumirá a posição de coordenadora do Comitê. **6.6.** Ratificar o Regimento Interno da Companhia, regulamentando o funcionamento do Conselho de Administração e Comitês, na forma do **Anexo 1** à presente ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Marcos Grodetzky (Presidente); Vanessa Borzani (Secretária). **Conselheiros:** Marcos Grodetzky, Omliton Visconde Junior, Marcel Visconde e Carlos José Garcia. Declaro que a presente confere com o original lavrado em livro próprio. JUCESP nº 163.343/25-1 em 08/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 19 de maio de 2025, às 10:00 horas em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Rua Guararapes, nº 1909, 9º andar, Cidade Monções, São Paulo-SP, CEP 04561-004, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** **1.** examinar e discutir sobre o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; **2.** deliberar sobre a proposta dos administradores da Companhia, para a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; **3.** deliberar sobre a constituição de uma reserva legal, equivalente a 5% do lucro apurado no exercício de 2024, conforme previsto no artigo 30 do Estatuto Social da Companhia; **4.** deliberar sobre a distribuição de dividendos, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e na proporção do capital social; **5.** deliberar sobre a distribuição de novos proventos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") referentes ao exercício de 2024, prazos e forma; **6.** deliberar sobre a destinação dos dividendos remanescentes, conforme proporção nas ações ordinárias, observado o valor dos dividendos intermediários já pagos; **7.** eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia; **8.** deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** **1.** dar ciência sobre o pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Aielton da Silva Vilas Boas ao cargo de Diretor de Operações da Companhia; **2.** eleição de um novo membro para ocupar o cargo de Diretor de Operações da Companhia; **3.** eleição dos demais diretores da Companhia, para um novo mandato por mais 1 (um) ano; **4.** formalizar a apresentação da composição atual da Diretoria da Companhia; **5.** retificar o endereço da filial da Companhia localizada na cidade de Guarujá/SP, com NIRE 35.903.904.992 e CNPJ nº 58.317.751/0008-92; **6.** rratificar a deliberação de abertura da filial da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujo endereço correto é, Rua Flórida, nº 1703, 9º andar, conjunto 92, salas 01, 02 e 03, bairro Brooklin, CEP 04565-909; **7.** dar ciência, deliberar e ratificar ou não, os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; **8.** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir as alterações ora deliberadas nesta Assembleia; e **9.** outros assuntos de interesse social. São Paulo, 09 de maio de 2025. **Marilena Rodrigues Vasone** – Presidente. (10, 13 e 14/05/2025)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

